

[TRADUÇÃO]

FRANZ BRENTANO

SOBRE O CARÁTER APRIORÍSTICO DO PRINCÍPIO ÉTICO

Traduzido do original alemão¹ por
EVANDRO OLIVEIRA DE BRITO²
(Universidade Federal de Santa Maria)

(Uma carta para Oskar Kraus de 24 de março de 1904)

Nota preliminar de Oskar Kraus

Em 21 de março de 1904 escrevi, entre outro, à Brentano:

“(…) por ocasião de meus estudos, chamou-me ainda atenção o seguinte. Em ética, nós nos consideramos empiristas, tomando isto *cum grano salis*. A origem de nossos conceitos ‘bom’ e ‘preferível’ situa-se na experiência psíquica interna, exatamente como os conceitos ‘necessidade’ etc., e de modo análogo aos conceitos ‘grande’ e ‘maior’, na chamada ‘*experiência externa*’. No entanto, a ética não se funda em **conceitos**, mas em **conhecimentos**. Esses conhecimentos (como, por exemplo, a proposição ‘*um conhecimento odioso é impossível*’) são obtidos a partir da análise dos conceitos que estão na sua base. São também, assim, ‘*analíticos*’ ou ‘*a priori*’, no mesmo sentido que os axiomas matemáticos. A diferença consiste apenas em que os conceitos matemáticos, especialmente os conceitos geométricos, são propriamente ‘*conceitos ideais*’, ou ficções. Você considera isso correto? E, se não, por que não?”³

Carta resposta de Franz Brentano

Brentano respondeu assim:

(...) Uma palavra sobre a pergunta, se nosso ponto de vista ético é um (ponto de vista) empírico. A resposta dependerá de como se concebe o conceito. Está fora de dúvida que as representações de *bom* e *melhor* são tomadas a partir da experiência. Porém, você observa corretamente que o análogo também vale para as ciências matemáticas, as quais nós não nomeamos ciências empíricas.

É certo, contudo, que o conceito '*bom*' não precisa estar incluído naquilo que é bom, como por exemplo, no conhecimento. (Do contrário, todas as coisas deveriam conter, também, o conceito de bom, pois qualquer coisa contém algo de bom). [Nota do editor: são consideradas coisas psiquicamente em ato como tal. Mesmo (a) a dor da tortura, (b) o erro ou (c) o indivíduo ativamente criminoso está: (a') sendo representada; ou (b') em si mesmo reconhecido como evidente; ou (c') vendo ou, antes, percebendo. E, como tal, está participando do bem.] '*Conhecimento é bom*' não é, portanto, uma proposição que tem o caráter do princípio de não contradição e não é evidente, sem mais, a partir dos conceitos. Aqui se indica uma diferença em relação à matemática. $2 + 1 = 3$ evidencia-se a partir dos conceitos. Pois, $2 + 1$ é a definição analítica de 3.

Contudo, você observa, a partir dos conceitos nós conhecemos que $2 + 1$ é necessariamente 3 e o conceito '*necessário*' não está encerrado nos conceitos. E isto é absolutamente correto. Ou seja, a união predicativa de 3 com $2 + 1$ pela cópula negativa produz em nós a rejeição dessa predicação com caráter apodítico. E isto nos conduz ao conceito de impossibilidade etc., por meio da reflexão sobre o juízo apodítico. Neles, nós temos a experiência objetiva a partir da qual é tomado, por exemplo, o conceito de impossível.

Assim, nós chegamos ao juízo ' $2 + 1 = 3$ é necessariamente verdadeiro', embora '*necessariamente verdadeiro*' não esteja encerrado em $2 + 1$. O seguinte juízo é substancialmente diferente: '*que um corpo em repouso, se nada o move, permanece em repouso e um (corpo) movido (permanece) em movimento retilíneo de velocidade constante, é necessariamente verdade*'. Ali, mas não aqui, o juízo apodítico, o qual dá lugar à abstração do conceito de impossibilidade, surge a partir dos conceitos. Está claro, então, que o conceito '*conhecimento que não é bom*' ('*nicht gute Erkenntnis*') não dá lugar, do mesmo modo, a esse juízo apodítico de rejeição.

E assim se faz, pois, necessária ainda outra experiência, a saber, aquela em que um amor lhe surge a partir do conceito de conhecimento, que, simplesmente porque surge assim, se apresenta como um amor caracterizado como correto. Uma essência psíquica puramente intelectual resultou de ' $2 + 1$ não é 3' para a rejeição apodítica

dessa proposição, mas não resultou de *'conhecimento que não é bom'* (onde pudéssemos pensar o conceito de bom dado *a priori* [Nota do editor. Porque, nesses casos fictícios, ele não poderia ser tomado de uma experiência.]) para ser levado à rejeição apodítica dessa proposição.

No entanto, a experiência que necessitamos se dá de outro modo, completamente análogo à experiência do juízo apodítico *'3, o qual não é 2+1, é impossível'*. Pois também aquela, como amor caracterizado como correto, surge a partir de conceitos, e é precisamente isso que a caracteriza como correta. E, assim, você tem toda razão quando encontra uma notável diferença, para chegar ao juízo universal, entre esses casos e aqueles que, limitadamente e no sentido próprio, são chamados de indução. Esta oferece apenas probabilidade (no melhor dos casos, de grandeza infinita), mas aqui nós temos a certeza absoluta dos juízos apodíticos.

E, assim, parece-me plenamente justificado protestar contra a ideia de que o conhecimento aqui, como quer que um amor deva ser vivenciado e experienciado, seja chamado de empírico. Ou seja, ele é *apriorístico*, com uma rejeição substancialmente análoga do pensamento na qual os conceitos empregados são dados sem percepção e apercepção, tal como eles sempre deveriam se encontrar [Nota do editor: isso significa que deve ser rejeitado o pensamento que, pelo juízo apriorístico, não toma por base os conceitos da experiência]. Em relação a muitos outros casos, apenas um é aqui singular: que também os atos de amor tem de ser percebidos e apercebidos, e não apenas os atos de conhecimento.

Notas Explicativas:

¹ BRENTANO, Franz. *Über den apriorischen Charakter der ethischen Prinzipien. Aus einem Briefe an den Herausgeber vom 24. März 1904.* In. *Vom Ursprung sittlicher Erkenntnis*, Hamburg, Feliz Meiner, 1969. p. 109 – 111.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Centro Universitário Municipal de São José (USJ), São José, Santa Catarina, Brasil. e-mail: evandrobritobr@yahoo.com.br

³ Nota do editor Oskar Kraus: “comparar KRAUS, O. *Zur Theorie des Wertes* (Sobre a teoria do valor), 1901, p. 87, e MARTY, A. *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie* (Investigações sobre o fundamento da gramática universal e da filosofia da linguagem), 1908, p. 429.”

Recebido / Received: 17/11/2014

Aprovado / Approved: 15/12/2014